

SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA
BOLETIM LEVIS/IPESP
N. 1 – 2005



LEVIS (Laboratório de Estudos das Violências) / UFSC
IPESP / SSP (Instituto de Pesquisas e Estudos em Segurança Pública de Santa Catarina)

NOTA INTRODUTÓRIA

Iniciamos com a presente publicação a série Boletim de Segurança Pública e Justiça, do Laboratório de Estudos das Violências da Universidade Federal de Santa Catarina (LEVIS-UFSC) juntamente com o Instituto de Pesquisas e Estudos em Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (IPESP). Trata-se da realização de um projeto que vem sendo elaborado por pesquisadores da UFSC e servidores das instituições de segurança pública e justiça de Santa Catarina reunidos em torno do LEVIS e do IPESP.¹ Na realidade, trata-se de uma equipe interdisciplinar e inter-institucional criada a partir do convênio de cooperação entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina (SSPDC-SC) e a UFSC.²

Escolhemos para o Número 1 da série do Boletim do LEVIS/IPESP a publicação do relatório do I Seminário “Segurança Pública e Mídia” (Florianópolis, 2005), dada a importância e a visibilidade social do tema e, ainda, como fito de apoiar a realização do II Seminário “Segurança Pública e Mídia” (Blumenau, 2006). Este Boletim está disponível, na í n t e g r a , n o s e g u i n t e e n d e r e ç o e l e t r ô n i c o : <http://www.cfh.ufsc.br/~levis/publicacoes/boletins.shtml>.³

1 A não confundir-se com o Instituto de Previdência do Estado de S. Paulo, de mesma sigla.

2 Convênio 7.660/2002-0 de cooperação entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (SSPDC-SC) e a UFSC (Diário Oficial nº 16.915/28.05.2002).

3 AGRADECIMENTOS: à equipe do LEVIS/IPESP: Joyce Machado Vieira, Maria, Cristina Cordioli, Larissa Andrade, Vanessa Ribeiro, Emília Juliana Ferreira, Ricardo S. Félix dos Santos, Gabriela Cardoso, Andréia Meurer, Joana Corona e Rosa Dorneles; à Prof^a. Dr^a. Valci Zuculoto, do Curso de Jornalismo da UFSC; a Júnior e Rodrigo SSPDC; a Michel C. Vieira, Secretário Executivo da Associação Catarinense de Imprensa; a João Carlos Mendonça, Assessor de Imprensa da SSPDC; ao Dr. Valério A. de Brito, Diretor de Finanças da SSPDC; a Carlos Eduardo Wagner; à Clarissa; a Bruno e Juliano ACADEPOL; a Gilmar e Fábio Alves de Brito; a todos os palestrantes e conferencistas; ao Cel. Benjamin, da PM; a Fernanda Terezinha Vieira, da SSP.

Colaboraram na produção deste Boletim juntamente com a Equipe LEVIS/IPESP: Renata Apgaua (webmaster do site LEVIS - 2006), Walter Araújo dos Santos (editoração eletrônica) e Rafael Lopes Azize (revisão final do texto).

RELATÓRIO DO I SEMINÁRIO “SEGURANÇA PÚBLICA E MÍDIA”



Prof. Dr. Theophilos Rifiotis
(LEVIS/IPESP-SSP/UFSC)
Ms. Victória Regina dos Santos
(LEVIS/IPESP-SSP)
Doutorando Marcos Erico Hoffman
(LEVIS/IPESP-SSP)
Doutorando Tiago Hyra Rodrigues
(LEVIS/PPGAS/UFSC)

Apresentação

O I Seminário “*Segurança Pública e Mídia*” foi realizado em Florianópolis, nos dias 22 e 23 de setembro de 2005, e enfocou a segurança coletiva e a sua relação com os meios de comunicação. O Seminário resultou das atividades do Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS-UFSC) e do Instituto de Pesquisas e Estudos em Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (IPESP).

O objetivo do Seminário foi discutir o papel dos meios de comunicação na construção da percepção social da segurança coletiva, e ainda a contribuição da mídia para uma melhor compreensão dos papéis e responsabilidades sociais das instituições de segurança pública e de comunicação. A proposta do Seminário está baseada, em essência, na seguinte idéia: se a relação entre segurança pública e mídia passa pela construção simbólica da violência e, portanto, pela co-produção da segurança pública, então a questão da segurança pública e a sua relação com a mídia são de interesse público, e não apenas um assunto para especialistas.

Relato das atividades

A Abertura do I Seminário, no dia 22 de setembro, contou com uma mesa composta pelo então Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Dr. Ronaldo Benedet, a Pró-reitora de Cultura e Extensão da UFSC, Profa. Dra. Eunice Nodari, o jornalista Moacir Pereira, Presidente da Associação Catarinense de Imprensa, representantes do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, e, finalmente, integrantes da cúpula das Polícias Civil e Militar do nosso Estado.

Seguiu-se a conferência pronunciada pelo Prof. Dr. Théophilos Rifiotis, professor do Departamento de Antropologia da UFSC e Coordenador do LEVIS e do IPESP, “Uma questão de segurança pública: a construção midiática da violência”. Nela, o professor abordou o papel da mídia na construção da percepção da segurança da população, levantando questões como a importância da mídia para a segurança pública, e a maneira pela qual ela pode contribuir para fortalecer o sentimento de segurança dos cidadãos e a credibilidade das instituições de segurança pública e justiça. Neste sentido, ele chamou a atenção para o uso do medo da população como uma mercadoria, e a necessidade de favorecer o desenvolvimento de uma cultura democrática e cidadã, ao invés de uma “cultura do medo” como tem sido denominada, ultimamente, a tendência a transformar os casos de violências em crises sociais por meio da sua espetacularização.⁴

Os meios de comunicação são uma presença fortemente sentida em nosso cotidiano, e são amplamente reconhecidos como um elemento estratégico na produção simbólica das violências, embora pouco estudados. Na nossa sociedade, onde as relações face-a-face dão lugar às experiências mediadas pelos *mass-media*, estes últimos têm grande importância social e política. Os próprios *mídia* (ou meios) constituem um espaço no qual são travados debates e lutas, não sendo, portanto, apenas um espaço em que transparecem publicamente os resultados desses debates e lutas.

O papel da mídia na problemática das violências pode ser verificado no jornalismo policial, que ocupa espaço considerável e crescente nos jornais, no rádio e na TV. Retratos midiáticos das violências estão cada vez mais presentes na vida moderna. Todos os meios de comunicação de massa estão saturados com violências. A mídia tem papel destacado na produção de uma cultura específica sobre a violência e a segurança através, por exemplo, das páginas policiais e telejornais que, diariamente, divulgam e comentam fatos e práticas sociais de violência, o que contribui para a produção e a reprodução do senso comum.

⁴ Conferência baseada em RIFIOTIS, T., “Les média et les violences: points de repère sur la 'réception'” (conferência no Centre International de Criminologie Comparée Universidade de Montreal), *Antropologia em Primeira Mão* (45), 2001.

Além disso, a mídia tem um papel proeminente no desenvolvimento do sentimento de insegurança na população, devido às formas pelas quais apresenta as notícias policiais, principalmente aquelas sobre homicídios. Essas notícias têm uma centralidade na veiculação, são sobre-representadas, isto é, elas aparecem mais do que outros tipos de notícias, e são causa da disseminação do medo entre a população, que acredita, pelo excesso de notícias deste tipo, estar vulnerável a um ataque letal de qualquer um, a qualquer momento, o que gera um medo generalizado.⁵

Por outro lado, a mídia é objeto de grande interesse na esfera política. Os grupos sociais e instituições preocupam-se muito com as imagens de si que são apresentadas. Essas imagens são tomadas pela sociedade como base para as análises de conjuntura e são importantes para a definição de estratégias de intervenção. As mídias são, então, um instrumento de leitura da realidade e, assim, formam uma espécie de lugar de debate, onde agentes e instituições procuram apreender a imagem do outro e se interrogam sobre a sua própria imagem. De fato, as mídias desempenham um papel importante na construção simbólica das violências, da ordem, da segurança, e também do medo, da atemorização da população. Elas influenciam na definição de agendas, de temas privilegiados no debate social e político. As mídias são parte do complexo de produção e reprodução da percepção social das violências e da avaliação da atuação dos serviços de polícia.

Para os serviços de polícia, por exemplo, a mídia representa uma questão estratégica. Ela influi sobre as demandas de investimentos, na luta por recursos, no reconhecimento do impacto do trabalho da polícia, na necessidade de responder às demandas relativas ao sentimento de (in)segurança, nas expectativas do público. Há um diálogo entre a mídia, que procura fatos para alimentar a sua produção para o público, e a polícia, que procura mostrar o seu trabalho como o melhor possível e formar uma imagem positiva da sua atuação aos olhos da audiência.

Finalmente, o conferencista lembrou que muito se especula sobre o afamado “poder da mídia” em influenciar comportamentos. Na verdade, esta perspectiva deriva, para ele, de uma naturalização e uma homogeneização da “opinião pública”, entidade abstrata e nem sempre definível. Assim, procurou demonstrar que a relação entre as violências exibidas na mídia e a produção de comportamentos violentos é pouco conhecida e muito controversa. Segundo ele, o que já está bastante claro é o papel estruturante da mídia no fortalecimento (ou enfraquecimento) de instituições (por exemplo, policiais e judiciárias), e na consolidação do sentimento de segurança (ou de medo generalizado). Desta forma, sugeriu que, a exemplo dos agentes e instituições da segurança pública, a mídia e seus agentes também devem estar sujeitos a alguma forma de controle social; devem prestar contas à sociedade e ser cobrados e responsabilizados pelos seus atos (*accountability*).

⁵ Neste sentido, temos uma equipe de pesquisadores no LEVIS/IPESP desenvolvendo um estudo detalhado sobre a divulgação dos homicídios na Região Metropolitana de Florianópolis (Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça).

No dia 23 de setembro, ocorreu a mesa-redonda intitulada “Responsabilidade social da mídia e segurança pública”, que teve como participantes o Prof. Juciano Lacerda, do Instituto de Ensino Superior Luterano de Santa Catarina (IELUSC), e Moacir Pereira, Presidente da Associação Catarinense de Imprensa, e como debatedor-moderador o Prof. Dr. Theóphilos Rifiotis.

O Prof. Juciano Lacerda principiou a sessão abordando o conceito de responsabilidade social das empresas em geral, e das empresas midiáticas em particular. Lembrando que a ética é base da responsabilidade social, levantou a pergunta: “E a ética no trabalho jornalístico?”. Para ele, as empresas detentoras dos meios de comunicação de massa tendem a confundir liberdade de imprensa com liberdade de empresa: não querem ouvidorias nem observatórios de mídia, ou seja, são contrárias a qualquer forma de controle social sobre as suas atuações. Neste cenário, a lógica empresarial prevalece sobre a lógica da responsabilidade social. A sobrevivência dos veículos subordina-se a relações de mercado, perante às quais o direito de informar tem como pressuposto a capacidade competitiva de vender. E então aparecem, por exemplo, o que chamou de “notícias 171”, os estelionatos na produção de manchetes, títulos “quentes” que exageram e “vendem” algo que a notícia não oferta.

Em relação às violências, por exemplo, é comum a descontextualização dos eventos, a estigmatização do “suspeito” e a sua espetacularização. Mas nada se fala dos trabalhos significativos e bem realizados pelas polícias, por exemplo. As atividades diárias do policial, seu trabalho bem feito, integrado com a comunidade, não merecem sequer comentário jornalístico. Tão importante quanto o que a mídia diz são os seus silêncios. Por que enfatizam quando um crime ocorre e não citam quando um é evitado por uma ação preventiva? Por que não se equilibra o noticiário denunciante e catastrofista com o noticiário sobre punições exemplares? Assim, Lacerda sugere que se abandone a cobertura que segue uma lógica “alarmista”, ou sensacionalista, e que tem como objetivo vender mais jornais, ter maior audiência ou aumentar as verbas publicitárias. Não seria uma questão de ética e de responsabilidade social preocupar-se menos com a venda de jornais com títulos que enganam o leitor e mais com temas como segurança pública e drogas sem o tom alarmista e policialesco que banaliza e fetichiza o crime e a violência?

Segundo o Professor Juciano Lacerda, para pensarmos na responsabilidade social da mídia em relação à segurança pública é preciso distinguir entre o que é de *interesse público* e o que *interessa ao público*. Estimular o que é pouco reflexivo pode interessar a uma expressiva fatia do público e aumentar a venda de um jornal, mas a que preço para a sociedade como um todo isto se faz? Como exemplo contrário, citou a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), que acredita na responsabilidade social dos meios de comunicação e faz pesquisas, realiza observatórios de mídia e promove o direcionamento social dos meios jornalísticos. O palestrante sublinhou que a legislação de imprensa é desatualizada, e que as empresas

midiáticas, que recebem concessões governamentais para sua atuação, deveriam ter maior responsabilidade social para com a cidadania. Propôs, assim, que haja um novo relacionamento entre a mídia e as instituições policiais e judiciárias: os meios de comunicação deveriam enfatizar o que dá credibilidade às instituições, ao invés de solapar a sua legitimidade, e criar espaços de merecimento e destaque para valorizar iniciativas de cidadania, ao invés de publicar apenas notícias sensacionalistas.

A seguir, Moacir Pereira comentou que a mídia tende a exteriorizar as violências, mostrando muitas imagens da violência no Iraque, na Bósnia, mas não em Florianópolis. Lembrou, também, que um dos maiores problemas da cobertura jornalística é a pressa do jornalista na busca por “verdades”, a pressa na apuração de dados. O fato de a imprensa estar quotidianamente presente é o que lhe confere importância, mas este também é um problema. Novas notícias devem ser produzidas diariamente. Sem o tempo necessário, não há como transformar informações em peças jornalísticas que levem em conta diferentes pontos de vista. A extrema falta de tempo para averiguar os fatos, colher os depoimentos e analisar as informações refletem-se nas lacunas de informações, que são, por vezes, preenchidas com juízos, pressupostos, avaliações. Estimulado por perguntas da platéia, afirmou que os jornalistas muitas vezes reproduzem o senso comum, estereótipos e preconceitos. Assim, ele propôs uma humanização da mídia e dos relatos e informes sobre as violências, que devem sempre ter como pressuposto a verificação das informações a ser divulgadas.

O debate que se seguiu foi interessante neste sentido. Alunos de jornalismo presentes no evento lembraram a dificuldade de conciliar duas realidades: o trabalho jornalístico ideal e a realidade do mercado. O primeiro é guiado pela cartilha do bom jornalista, e o segundo pela cartilha do bom empresário. As respostas dos debatedores foram no sentido de que as violências, para a mídia, constituem uma mercadoria valiosa. Quanto mais alarmante e “anormal” for a violência, maior será o seu efeito econômico. Pode-se dizer que, para os meios de comunicação, as violências (e, por outro lado, o sexo) são os mais importantes ingredientes para aumentar a audiência e, assim, o lucro. O desafio que se impõe é fugir desta lógica, na direção de uma comunicação social que seja, verdadeiramente, social.

No período da tarde, teve lugar a mesa-redonda “Segurança pública: experiências com os meios de comunicação”, a qual contou com Ângelo Lima Medeiros (Assessor de Imprensa do Tribunal de Justiça), o Cap. Carlos Alberto de Araújo Gomes (Gerente de resposta aos desastres da Defesa Civil-SC), a Dra. Márcia Aguiar Arend (Promotora de Justiça do Ministério Público-SC), a Major Tércia da Cruz (Assistente do Centro de Comunicação Social da PM-SC) e, como moderador-debatedor, João Carlos Mendonça Santos (Assessor de Imprensa da SSPDC-SC).

O debate que se seguiu teve como foco a relação entre os agentes de segurança pública e do sistema judiciário, por um lado, e a mídia, por outro. Os debatedores ressaltaram que uma das maiores dificuldades dos seus trabalhos está em como divulgá-los na mídia. Os jornalistas policiais têm uma ação em parceria com o Estado,

no sentido de investigação e descoberta de crimes e de divulgação de diligências do poder público e outra ação, articulada com a sociedade, voltada para o controle social e a vigilância das atitudes arbitrárias por parte dos agentes do Estado. Por outro lado, as polícias e o judiciário também utilizam a imprensa para dar visibilidade às suas ações, o que revela um clima de “promiscuidade” entre delegacias e redações. Assim, as dificuldades de relacionamento são várias, e incluem perguntas sobre como trabalhar a tentação de visibilidade na mídia e como concretizar uma atuação conjunta com a mídia no campo da segurança pública para informar o público sobre as ações e os eventos.

O Capitão Gomes lembrou a dificuldade em se lidar com a mídia nas ocasiões de catástrofes. A mídia quer um relatório imediato, pede números que muitas vezes ainda não puderam ser apurados. Ele afirmou que a comunicação em situações de risco tem de acontecer antes, durante e depois, pois as instituições de segurança precisam ter em mente o princípio de que a população tem o direito de saber e aquelas, o dever de informar. Salientou, como pontos positivos no relacionamento com a mídia, a instituição da figura do porta-voz (que permite um discurso único, o que gera confiabilidade), e o auxílio da mídia nas atividades de prevenção, como a orientação da defesa civil feita pelas rádios. Discutiu-se também, na oportunidade, a necessidade do trabalho de conscientização e valorização do lado positivo do policial e da comunicação.

Considerações finais

Como sabemos, é muito importante para o nosso debate que seja discutido um fato fundamental nas sociedades contemporâneas: não há instituição governamental e não-governamental que escape a uma leitura das atualidades e mesmo conjuntural por parte das mídias. Não há organismo governamental que não seja dotado de uma direção de comunicação. Sem dúvida, as mídias são objetos de um grande interesse na esfera política. Cada grupo social ou instituição se interroga a partir das mídias sobre as imagens que ali são apresentadas. Essas imagens são colocadas como base para a análise conjuntural, e elas serão importantes, também, na definição das estratégias de intervenção. A mídia é, então, um instrumento de leitura da realidade e, como tal, ela forma uma espécie de *carrefour* em que uns procuram tomar consciência das imagens dos outros, e cada qual se interroga acerca da sua própria imagem.

Retomando o que foi dito acima, lembramos que, para os serviços de polícia, a mídia representa sempre um fator estratégico. As razões disso são as demandas de investimentos, o reconhecimento do impacto do trabalho da polícia, a necessidade de responder às demandas relativas ao “sentimento de insegurança”, as expectativas da população, etc. Há um intenso diálogo entre a mídia - na pesquisa dos fatos para alimentar a sua produção para o público - e a polícia, que procura mostrar o seu

“melhor perfil”. Na maioria das vezes, temos uma espécie de pacto de colaboração entre os chamados “repórteres policiais” e os policiais ou autoridades policiais.⁶ A fórmula geralmente escolhida pelos organismos do Estado pode se resumir à expressão “casamento de compromisso”, baseado nos interesses de cada uma das partes.

O conjunto de questões que estamos levantando é mais do que um problema de prática jornalística de divulgação das informações. De fato, a mídia tem um papel importante na construção simbólica das violências, da ordem, da segurança, etc. Por outras palavras, as mídias fazem parte do complexo processo de produção e de reprodução da percepção social das violências e da avaliação dos serviços de polícia. A mídia tem uma presença fundamental no nosso cotidiano e uma posição social estratégica.

Entretanto, a crença no poder da mídia sobre a formação da “opinião pública” é mais estereotipada do que conhecida, na mesma medida em que a entidade abstrata denominada “opinião pública” é naturalizada. Num quadro conceitual mais amplo, devemos tematizar os problemas teóricos relativos ao domínio da “recepção”. O campo particular dos estudos da comunicação é, hoje, um dos que mais tem despertado a atenção dos pesquisadores. Em suma, podemos dizer que há duas linhas principais de pesquisas sobre as relações entre mídia e violência: aquela que pretende que as mídias tenham um efeito direto e aquela que sustenta a tese do efeito indireto:⁷

- Efeito direto: estudos sobre a definição das agendas políticas, temas privilegiados ou “incubações culturais”.
- Efeito indireto: “impactos”, “usos” e “gratificações” (o que os receptores “fazem com as mídias” e não o que as mídias “fazem com os receptores”).

A discussão sobre os “efeitos” das mídias assume toda sua amplitude quando o “conteúdo” da mensagem é tomado não como um dado em si mesmo, mas como um resultado da interação entre “emissor” e “receptor”, especificamente a construção semântica produzida pelo “leitor”.⁸ É neste sentido que uma questão muito simples e profunda, assinalada por Jack Katz, se afigura fundamental: “O que transforma o crime em 'notícia'?”⁹ Em seu artigo sobre as mídias, Katz se interroga sobre o “apetite”

6 RIFIOTIS, T.; DIAS, L.L.; Zenaide, M.N.T. “Páginas policiais na imprensa paraibana. Entrevista com repórteres e editores sobre violência e ação policial”. *Signo - Revista de Comunicação*, ano IV, (6), 2003.

7 RIFIOTIS, T., op. cit.

8 RIFIOTIS, T. “Violência policial na imprensa de São Paulo. O leitor-modelo no caso da Polícia Militar na Favela Naval (Diadema)”. *Revista São Paulo em Perspectiva* (SEADE), 13(4): 28-41, 1999.

9 KATZ, J. “What makes crime 'news'?”. In: ERICSON, R. V. (ed.), *Crime and Media*. [Crime e os mídia.] Aldershot: Dartmouth, 1995.

continuamente renovado pelos resumos jornalísticos dos crimes. Por que tanto interesse por notícias que não diferem entre si a não ser pelos detalhes (hora, lugar ou identidade das personagens), aos quais não se dedica atenção, e que fazem parte de todos os boletins informativos (em televisão, rádio ou jornal)? Informações, explicações ou divertimentos? O que procuram cotidianamente nas mídias os leitores-ouvintes-telespectadores?

Para além do campo da “recepção”, há questões fundamentais sobre os limites éticos, profissionais e empresariais da divulgação de notícias. Afinal, como afirmou H.P. Jeudy,¹⁰ a mídia, hoje, não pode mais ser considerada como um espelho do social. Em resumo, nas questões de produção e circulação de informações temos um vasto campo que precisa ser mais bem conhecido e debatido.

É, portanto, da maior importância que aprofundemos os nossos conhecimentos sobre o papel da mídia, sua responsabilidade social e os possíveis canais de interlocução com os serviços de segurança pública e justiça. Assim, entendemos que o Seminário “Mídia e Segurança Pública” poderá contribuir para um debate social mais qualificado e melhor provido de instrumentos teóricos, e bem assim propiciar um diálogo mais produtivo sobre os dilemas e problemas que enfrentamos atualmente, sobretudo no campo da criminalidade e da cidadania. Esperamos, deste modo, contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais informada e capaz de avaliar os problemas sociais e definir agendas de prioridades, e portanto de desenvolver e apoiar projetos e políticas sociais.

Qualquer estudo sobre segurança pública, sobre medo e sentimento de segurança que ignore a presença da mídia é incompleto. Entre as diversas instituições com maior eficácia em criar e sustentar o pânico, a imprensa apareceu nos debates como ocupando um dos primeiros lugares. Por outro lado, ela também é uma das candidatas mais promissoras a uma mudança positiva. Os jornalistas não deveriam apenas difundir o medo, mas, antes, desmascarar e criticar uns aos outros por assustar o público. Não se trata, ressalte-se, de culpar os meios, nem de simplificar o papel complexo que os jornalistas desempenham tanto ao instigar como ao diminuir o medo da população. Deve-se discutir o controle social da mídia, o que não pode ser confundido com censura. A questão que se coloca é sobre como criar e gerenciar espaços de visibilidade social que efetivamente ampliem a participação e o exercício da democracia. Deve-se enfatizar a promoção de meios que possibilitem a co-produção da segurança pública, para que esta deixe de ser assunto apenas de Estado, criando-se uma situação na qual todos sejam co-responsáveis pela produção da segurança. E isso deve ser estendido a todos os parceiros da construção institucional: escola, sociedade civil organizada, a mídia, o setor da segurança e justiça.

10 JEUDY, H. P. “Pesquisador dos processos mediáticos”. In: *Anais do Seminário “Mídia e Violência Urbana”*. Rio de Janeiro: Faperj, 1994.

Ressaltamos, finalmente, que durante a avaliação do *I Seminário*, em Florianópolis, foi levantada a idéia da criação de uma Comissão Permanente de Estudos sobre Mídia e Segurança, e de um Observatório da Imprensa Catarinense. Para amadurecer tais propostas e contribuir para o desenvolvimento de um espírito crítico na sociedade catarinense, estamos publicando o presente material e realizando o II Seminário “*Segurança Pública e Mídia*”, desta vez em Blumenau, em setembro de 2006.



Secretaria de Estado da Segurança
Pública e Defesa do Cidadão

